Avanços em matéria de cooperação jurídica internacional

Cartas rogatórias, homologação de sentenças estrangeiras e auxílio direto*

*Carmen Tiburcio***

Sumário: Introdução. I Cartas rogatórias. I.1 Cartas rogatórias ativas. I.2 Cartas rogatórias passivas. I.2.1 Competência. I.2.2 Requisitos. I.2.3 Competência internacional. I.2.4 Carta rogatória executória. I.2.5 Autoridade requerente. II Homologação de sentenças estrangeiras. II.1 Decisões passíveis de homologação. III Auxílio direto. Conclusões.

Introdução

A análise dos mecanismos de cooperação internacional no Brasil pressupõe duas observações, relacionadas à importância do tema e ao já não tão recente deslocamento de competência do STF para o STJ. O expressivo crescimento da necessidade de cooperação no plano internacional, de um lado, e a alteração promovida na Constituição quanto à competência para apreciação de determinados pedidos provenientes do exterior, de outro, constituíram circunstâncias particulares que, em conjunto, possibilitaram avanços sensíveis na jurisprudência brasileira.

* A autora agradece a colaboração de Felipe Albuquerque na elaboração deste trabalho, bem como o auxílio de Pilar Valente e Gabriela Antunes para a sua versão final.

** Professora Associada de Direito Internacional Privado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, LLM e SJD pela University of Virginia School of Law, EUA, Consultora.

Em sua acepção de direito internacional público, a jurisdição significa o poder sobre pessoas e bens; decorre da soberania e, por essa razão, é territorial. Vale dizer: cada Estado só pode exercer poder sobre pessoas e bens situados no seu território. Com a frequente interação de pessoas e movimentação de bens decorrente do tempo em que se vive, cada vez mais surgem litígios envolvendo pessoas domiciliadas em países diversos, que podem necessitar de diligências a serem realizadas fora dos limites territoriais do país em que tramita o processo ou que exijam que a decisão proferida em uma jurisdição produza efeitos em outra.

Para que essa interação seja possível em face da diversidade de jurisdições, é essencial que existam instrumentos que viabilizem a cooperação jurisdicional internacional. Tradicionalmente, o Brasil – como, aliás, o mundo em geral – não se preocupava muito com o fenômeno da cooperação e, durante muito tempo, poucos avanços foram feitos nessa seara. O tema, contudo, não é novo. Os idealizadores da Constituição norte-americana de 1787 já vislumbravam o reconhecimento automático das decisões dos Estados-membros¹ como fundamental para a criação de uma “perfeita União”. Mais atualmente e no mesmo sentido, o tratado que constituiu a origem da União Europeia previu o reconhecimento recíproco das decisões judiciais,² sendo seguido, mais adiante, pela Convenção de Bruxelas de 1968,³ pela Convenção de Lugano de

¹ LOWENFELD, Andreas. *International litigation and the quest for reasonableness*. 1996. p. 109. Constituição norte-americana, art. IV, § 1º: “*Full Faith and Credit shall be given in each State to the public Acts, Records, and judicial Proceedings of every other State*”.

² Art. 293 (antigo art. 220) do tratado original que instituiu a União Europeia, assinado em Roma, em 25.03.1957: “Os Estados-membros entabularão entre si, sempre que necessário, negociações destinadas a garantir, em benefício dos seus nacionais: a proteção das pessoas, bem como o gozo e a proteção dos direitos, nas mesmas condições que as concedidas por cada Estado aos seus próprios nacionais; a eliminação da dupla tributação na Comunidade; o reconhecimento mútuo das sociedades, na acepção do segundo parágrafo do artigo 48º, a manutenção da personalidade jurídica em caso de transferência da sede de um país para outro e a possibilidade de fusão de sociedades sujeitas a legislações nacionais diferentes; a simplificação das formalidades a que se encontram subordinados o reconhecimento e a execução recíprocos tanto das decisões judiciais como das decisões arbitrais”.

³ Convenção de Bruxelas (também denominada Bruxelas I) de 24 de setembro de 1968, relativa à competência judiciária e à execução de decisões em matéria civil e comercial, a qual foi ratificada inicialmente pelos seis Estados fundadores da CEE e entrou em vigor em 1º de fevereiro de 1973. Essa convenção sofreu modificações introduzidas por quatro convenções de adesão, consequência da entrada de novos Estados-membros nas comunidades: a Convenção de 9 de Outubro de 1978, relativa à adesão da Dinamarca, da Irlanda e do Reino Unido; a Convenção de 25 de Outubro de 1982, relativa à adesão da Grécia; a Convenção de 26 de Maio de 1989, assinada em San Sebastian, relativa à adesão de Espanha e de Portugal; e a Convenção de 29 de Novembro de 1996, relativa à adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia. A Convenção de Bruxelas foi ainda completada pelo protocolo relativo à interpretação pelo

1988⁴ e pelo Regulamento 44/2001 da União Europeia.⁵

No Brasil, merece atenção mudança ocorrida em 2004. Dentre as inovações da Emenda Constitucional nº 45, de 08.12.2004, alterou-se regra de competência interna, que passou do Supremo Tribunal Federal para o Superior Tribunal de Justiça a competência para: i) conceder *exequatur* às rogatórias provenientes do exterior; e ii) homologar sentenças estrangeiras. Atualmente, ressalvados os pedidos de extradição – por força do art. 102, I, g, da CF –, o STF não possui mais competência originária para apreciar pedidos de cooperação internacional.

O objetivo da mudança é reduzir as competências do já assoberbado STF e dar-lhe um perfil mais aproximado ao de uma corte constitucional.^{6, 7} A alteração – a princípio, somente procedimental – promoveu inúmeros avanços no âmbito do direito internacional privado, pois o STJ não necessariamente seguiu o entendimento anterior sobre

Tribunal de Justiça das comunidades europeias de 30 de junho de 1971, cujo texto sofreu alterações com as convenções de adesão de novos Estados em 1978, 1982, 1989 e 1996.

⁴ Convenção de Lugano de 16 de setembro de 1988, relativa à competência judiciária e à execução de decisões em matéria civil e comercial. A Convenção de Lugano foi celebrada com o espírito de promover a extensão dos princípios já adotados na Convenção de Bruxelas também aos Estados-membros da EFTA (European Free Trade Agreement). Ratificaram essa convenção os países seguintes: Países Baixos e França, Luxemburgo, Reino Unido, Portugal, Suíça e Itália, Suécia, Noruega, Finlândia, Irlanda, Espanha, Alemanha, Islândia e Áustria, Dinamarca, Grécia, Bélgica e Polônia.

⁵ Esse regulamento veio substituir a Convenção de Bruxelas entre os Estados da União Europeia e se completou com a adesão da Dinamarca em 2005.

⁶ Entende-se por Corte Constitucional “um órgão constitucional, institucional e funcionalmente autônomo”, o qual “não tem apenas função jurisdicional, mas política também, na verdade uma função de conformação política. Suas decisões são dotadas de grande força política, uma vez que decidem questões constitucionais de especial sensibilidade e têm influência determinante junto a outros tribunais” (CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 2004. p. 591). Em decisão monocrática dada em caso no qual se discutiu o valor real das pensões e aposentadorias devidas pelo INSS, o relator, Ministro Gilmar Mendes, assinalou a importância do novo modelo que se inspira nos modernos sistemas adotados pelas Cortes Constitucionais. Tais Cortes conferem tanto ao recurso de amparo, no direito ibero-americano, quanto ao recurso constitucional, conhecido nos Estados Unidos e na Alemanha, uma função objetiva de defesa da ordem jurídica de aplicação generalizada. “A nova função atribuída aos tribunais constitucionais” – informa o magistrado – “deixou de ser, desde o início do século passado, a de resolver os conflitos privados, para limitar-se a definir, em termos objetivos e gerais, o sentido e o modo de aplicação das regras constitucionais. Por outro lado, passou a caber-lhe o poder de decidir quais as questões que considera relevantes e merecedoras da sua análise e do seu julgamento” (STF, *DJU* 13 jun. 2003, RE 376852 MC/SC, Rel. Min. Gilmar Mendes).

⁷ Há quem critique a alteração, sob o fundamento de que o processo de cooperação pode tornar-se menos célere, uma vez que da decisão do STJ, em tese, pode-se interpor recurso extraordinário para o STF. Nada obstante, é importante frisar que a Emenda nº 45 previu, no art. 102, § 3º, a exigência de demonstração de repercussão geral das questões constitucionais — tentativa de minimizar o problema apontado. Sobre a mudança, v. TIBURCIO, Carmen. *Temas de Direito Internacional*. 2006. p. 65-6 e CÂMARA, Alexandre. A Emenda Constitucional 45/2004 e a homologação de sentenças estrangeiras: primeiras impressões. In: TIBURCIO, Carmen; BARROSO, Luís Roberto (orgs.). *O Direito Internacional contemporâneo*.

tais matérias. Dessa forma, muitas posições já sedimentadas do STF foram revistas, adotando-se, como regra, uma postura mais favorável à cooperação. Acresce, ainda, que a legislação infraconstitucional criou novos instrumentos de cooperação, cuja constitucionalidade tem sido questionada. Diante de tais circunstâncias, merece atenção especial o panorama atual em matéria de: i) cartas rogatórias; ii) homologação de sentença estrangeira; e iii) auxílio direto.

I Cartas rogatórias

No Brasil, a forma tradicional de se realizarem comunicações processuais (citações ou notificações) ou coleta de provas, tanto na esfera cível como na penal, é a via da rogatória. Portanto, na ausência de tratado específico a respeito, diligências solicitadas por autoridades estrangeiras a autoridades brasileiras (passivas) e aquelas requeridas por autoridades brasileiras a estrangeiras (ativas) devem ser feitas por cartas rogatórias, sempre que presentes elementos que assim o permitam.

Em uma primeira classificação, é possível distinguir cartas rogatórias ativas e passivas. No Brasil, serão cartas rogatórias ativas aquelas emitidas por autoridade brasileira com vistas à realização de atos processuais no exterior; configuram comissões passivas, de outra parte, as solicitações direcionadas à autoridade brasileira por autoridade estrangeira competente, que roga a realização de determinado ato processual no Brasil. Obedecendo a critério diverso, é possível identificar cartas rogatórias em matéria penal e em matéria civil, incluídas entre essas últimas questões trabalhistas e comerciais. Em que pese a possibilidade de distinções mais precisas quanto à matéria do processo que demanda a diligência, a separação dicotômica entre matéria penal e civil será levada em conta para a análise que se segue.

I.1 Cartas rogatórias ativas

Quanto às rogatórias ativas na esfera penal, é de se destacar a regra inscrita no Código de Processo Penal, que estabelece parâmetros importantes:

“Art. 783. As cartas rogatórias serão, pelo respectivo juiz, remetidas ao Ministro da Justiça, a fim de ser pedido o seu cumprimento, por via diplomática, às autoridades estrangeiras competentes.”

Do artigo em epígrafe, é necessário perceber que há três etapas distintas: i) a solicitação pela autoridade competente para formular o pedido; ii) o trâmite por meio do Ministério da Justiça; e iii) o encaminhamento por via diplomática. A atuação do Ministério da Justiça se dá por meio do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional. Veja-se, nesse sentido, o art. 11 do Decreto 6.061/07:

“Art. 11. Ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional compete:

(...)

III – negociar acordos e coordenar a execução da cooperação jurídica internacional;

IV – exercer a função de autoridade central para tramitação de pedidos de cooperação jurídica internacional;

(...)

VI – instruir, opinar e coordenar a execução da cooperação jurídica internacional ativa e passiva, inclusive cartas rogatórias.”

Os instrumentos de cooperação jurídica internacional têm íntima relação com a boa convivência institucional entre os Estados, e por isso devem ser considerados parte importante das relações internacionais do país. Note-se que, no Brasil, compete ao Presidente da República – chefe do Executivo – a condução das relações do Brasil com outros Estados, regra inscrita na Constituição:

“Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

(...)

VII – manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos.”

Trata-se de opção tradicional no sistema constitucional brasileiro e no direito comparado. Nessa linha, a atuação do Ministério da Justiça – também integrante do Poder Executivo – é reflexo de delegação consubstanciada pelo Decreto 6.061, de 2007. Ademais, a prática foi consagrada pelo costume administrativo no sistema brasileiro.⁸ Por sua vez, a atuação diplomática tem como fundamento único a efetivação do pedido à autoridade estrangeira, constituindo tarefa meramente administrativa.

Na esfera cível, o direito brasileiro prevê a realização de diligên-

⁸ BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional. Roteiro da tramitação interna da cooperação em matéria civil. In: _____. *Manual de cooperação jurídica internacional e recuperação de ativos: matéria civil*. 2008. p. 57.

cias no exterior por meio da carta rogatória ativa nos seguintes termos (CPC, art. 210):

“A carta rogatória obedecerá, quanto à sua admissibilidade e ao modo de seu cumprimento, ao disposto na convenção internacional; à falta desta, será remetida à autoridade judiciária estrangeira, por via diplomática, depois de traduzida para a língua do país em que há de praticar-se o ato.”

Portanto, o CPC estabelece que, quanto à admissibilidade e ao modo de cumprimento das cartas rogatórias, deve-se observar, em primeiro lugar, o disposto nas convenções internacionais. Somente no caso de não haver norma convencional serão aplicáveis as normas do Código de Processo Civil. Trata-se de hipótese excepcional de previsão pelo legislador da prevalência do direito internacional sobre as regras domésticas (infraconstitucionais) sobre o assunto. Assim, inicialmente, há que se verificar se o país onde a diligência será efetivada é parte de algum tratado bilateral ou plurilateral em vigor no Brasil.⁹ Havendo diploma internacional, segue-se o trâmite previsto no acordo; na sua ausência, o pedido será expedido por via diplomática.¹⁰ Note-se que o dispositivo

⁹ V., por exemplo: Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias (promulgada pelo Decreto nº 1.898/96); Convenção de Direito Internacional Privado de Havana – Código Bustamante (promulgada pelo Decreto nº 18.871/29); Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa – Protocolo de Las Leñas (promulgado pelo Decreto nº 2.067/96); Protocolo de Medidas Cautelares – Protocolo de Ouro Preto (promulgado pelo Decreto nº 2.626/97). Argentina: Acordo para a Execução de Cartas Rogatórias (promulgado pelo Decreto nº 7.871/1880) e protocolo (promulgado pelo Decreto nº 40.998/57); Bolívia: Acordo para a Execução de Cartas Rogatórias (promulgado pelo Decreto nº 7.857/1880); Peru: Acordo para a Recíproca Execução de Cartas Rogatórias (promulgado pelo Decreto nº 7.852/1879) e Acordo Ampliativo do que foi concluído em 29 de setembro de 1879, para a Recíproca Execução de Cartas Rogatórias (promulgado pelo Decreto nº 1.395/1893); Uruguai: Protocolo Relativo à Execução de Cartas Rogatórias, modificativo do artigo 4º do acordo de 14 de fevereiro de 1879 (promulgado pelo Decreto nº 9.169/1911).

¹⁰ V. decisão proferida ainda no período de competência do STF para a concessão de *exequatur*: STF, DJ 17 dez. 2001, Petição Avulsa 146.418/2001, Rel. Min. Pres. Marco Aurélio: “Constata-se, dessa maneira, que, em sede de cartas rogatórias ativas, ou seja, daquelas encaminhadas por juízes brasileiros à Justiça de outros países, o *iter* procedimental a elas pertinente não prevê a intervenção do Presidente do Supremo Tribunal Federal, uma vez que deverão ser dirigidas pelos próprios magistrados nacionais ao Ministro da Justiça, que, por sua vez, encaminhá-las-á ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, para que o Itamaraty, então, proceda à remessa do instrumento rogatório às missões diplomáticas brasileiras situadas no exterior, ou observar-se-á a regra fixada em convenção internacional, quando existente. As missões diplomáticas brasileiras, por sua vez, submeterão as cartas rogatórias oriundas do Brasil à apreciação das autoridades competentes do Estado estrangeiro a que foram destinadas. (...) Ao contrário do que prescreve o Código de Processo Penal, que determina o prévio encaminhamento das cartas rogatórias ativas ao Ministro da Justiça (art. 783), a legislação processual civil nada dispõe especificamente quanto a esse procedimento em tema de rogatórias ativas de natureza civil. Prática consuetudinária, no entanto, tem legitimado, mesmo em sede de rogatórias ativas de natureza civil, a remessa prévia dos respectivos instrumentos ao Ministério da Justiça, não obstante seja lícito, até mesmo com fundamento no art. 210 do CPC, proceder-se ao encaminhamento

é claro: a rogatória deve ser enviada seguindo-se o roteiro previsto em tratado. Na sua ausência, segue-se a via diplomática, não se admitindo o envio diretamente pela parte interessada, salvo se tal for autorizado pelo tratado.

Em casos excepcionais, o Código prevê a citação ficta, por edital, de réu domiciliado no exterior em lugar certo e conhecido, se o país de seu domicílio não cumprir, como regra, cartas rogatórias provenientes do exterior.¹¹ Nesse caso, será o réu citado por edital a ser publicado no Brasil e afixado na sede do juízo no Brasil. Dispõe o art. 231 do CPC:

“Far-se-á a citação por edital:

(...)

II – quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar.

§ 1º – Considera-se inacessível, para efeito de citação por edital, o país que recusar o cumprimento de carta rogatória. (...)”

I.2 Cartas rogatórias passivas

I.2.1 Competência

Em situação inversa, ou seja, quando a ação foi ajuizada perante a justiça estrangeira e a diligência deve ser efetivada no Brasil, o meio processual tradicional para que a justiça estrangeira solicite à autoridade judiciária brasileira a realização da referida diligência em território nacional será a carta rogatória, salvo se houver tratado entre o Brasil e o país que requer a diligência prevendo outra forma de envio da solicitação.

direito de tais cartas ao Ministério das Relações Exteriores (...)”.

¹¹ TJSP, j. 10 ago. 2010, AgIn 0339334-22.2010.8.26.0000, Rel. Antonio Ribeiro: “CITAÇÃO POR EDITAL – Ação de cobrança – Cabimento – Informação prestada pelos pais do réu de que este se encontra em país estrangeiro, a trabalho – Tentativa de citação no endereço fornecido pelo réu na contratação – Expedição de ofício ao BacenJud infrutífero – Citação fida que se justifica – Impossibilidade de cumprimento de carta rogatória, desconhecido endereço na África – Recurso provido”. TJSC, j. 13 jun. 2013, AC 2012.060003-4, Rel. Trindade dos Santos: “[...] Observam, a respeito, Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart: ‘Essa é a forma típica de citação ficta. Tem cabimento quando for desconhecido ou incerto o réu, quando for ignorado, incerto ou inacessível – aí inserido o país estrangeiro que recuse o cumprimento da carta rogatória brasileira – seu paradeiro ou ainda nos demais casos contemplados pela lei (art. 231 do CPC), como é o caso da ação de usucapião (art. 942 do CPC). Os requisitos da citação por edital variam conforme tenham por base as duas primeiras hipóteses acima alinhavadas – o réu desconhecido ou incerto, ou de localização ignorada, incerta ou inacessível – ou não. Para todas as hipóteses, exige-se o preenchimento dos requisitos enumerados no art. 232, II a V, do CPC, mas para as duas primeiras situações agrega-se a tais exigências a necessidade de se conter a afirmação do autor, ou a certidão do oficial, relativamente ao desconhecimento ou à incerteza quanto ao réu, ou ainda a incerteza, a inacessibilidade ou a ignorância de seu paradeiro [...]’ (Curso de processo civil: processo de conhecimento. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. v. 2. p. 107 e 108) [...]”.

Quanto à autoridade judiciária competente para conceder o *exequatur* às cartas rogatórias provenientes do exterior, há dois sistemas frequentemente utilizados. Pode-se adotar o sistema da autoridade única, com exame centralizado, ou o sistema descentralizado, no qual vários órgãos têm competência para analisar tais pedidos, como ocorre nos EUA¹² e em outros países.

O Brasil sempre adotou o critério da competência centralizada. Mais especificamente, a análise concentrava-se no órgão supremo do Judiciário: desde a Constituição de 1934, o Supremo Tribunal Federal, por meio de seu presidente, foi a autoridade competente para conceder o *exequatur* a rogatórias estrangeiras.¹³ A regra prevaleceu por 70 anos, até que a Emenda Constitucional 45/2004 transferisse essa competência para o STJ.¹⁴

Ainda quanto à competência para apreciação dos pedidos, discute-se se tratado pode dispensar a submissão do pedido estrangeiro ao procedimento de *exequatur* perante o STJ. Em particular, são alvo de debate os arts. 7º da Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias¹⁵ e 19 do Protocolo de Medidas Cautelares do Mercosul.¹⁶

¹² US CODE, § 1.782 (a): “*The district court of the district in which a person resides or is found may order him to give his testimony or statement or to produce a document or other thing for use in a proceeding in a foreign or international tribunal, including criminal investigations conducted before formal accusation. The order may be made pursuant to a letter rogatory issued, or request made, by a foreign or international tribunal or upon the application of any interested person and may direct that the testimony or statement be given or the document or other thing be produced, before a person appointed by the court. By virtue of his appointment, the person appointed has power to administer any necessary oath and take the testimony or statement. The order may prescribe the practice and procedure, which may be in whole or part the practice and procedure of the foreign country or the international tribunal, for taking the testimony or statement or producing the document or other thing. To the extent that the order does not prescribe otherwise, the testimony or statement shall be taken, and the document or other thing produced, in accordance with the Federal Rules of Civil Procedure*”.

¹³ Constituição de 1934, art. 77: “Compete ao Presidente da Corte Suprema conceder *exequatur* às cartas rogatórias das justiças estrangeiras”.

¹⁴ Constituição de 1988, art. 105: “Compete ao Superior Tribunal de Justiça: I – processar e julgar, originariamente: (...) i) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias; (...)”.

¹⁵ Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias (internalizada no Brasil pelo Decreto nº 1.898/96), art. 7º: “As autoridades judiciárias das zonas fronteiriças dos Estados-partes poderão dar cumprimento, de forma direta, sem necessidade de legalização, às cartas rogatórias previstas nesta convenção”.

¹⁶ Protocolo de Medidas Cautelares do Mercosul (internalizado no Brasil pelo Decreto nº 2626/97), art. 19: “A carta rogatória relativa ao cumprimento de uma medida cautelar será transmitida pela via diplomática ou consular, por intermédio da respectiva autoridade central ou das partes interessadas. Quando a transmissão for efetuada pela via diplomática ou consular, ou por intermédio das autoridades centrais, não se exigirá o requisito da legalização. Quando a carta rogatória for encaminhada por intermédio da parte interessada, deverá ser legalizada perante os agentes diplomáticos ou consulares do Estado requerido, salvo se, entre

Há quem sustente que a Constituição Federal estabelece uma regra geral de que toda sentença estrangeira e toda carta rogatória devem receber respectivamente a homologação e o *exequatur* do STJ. Trata-se, porém, de orientação equivocada, uma vez que a regra constitucional (art. 105, I, *i*, da CF) traduz uma norma de competência interna. Assim, aquelas sentenças que precisam ser homologadas e as rogatórias que precisam receber o *exequatur* deverão sê-lo ou recebê-lo do STJ, já que não se impõe a necessidade de homologação para todas as sentenças estrangeiras, tampouco a concessão de *exequatur* a todas as rogatórias provenientes do exterior.

I.2.2 Requisitos

O CPC silencia sobre a concessão de *exequatur* a cartas rogatórias passivas, remetendo o assunto ao Regimento Interno do STF:

“A concessão de exequibilidade às cartas rogatórias das justiças estrangeiras obedecerá ao disposto no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.” (CPC, art. 211)

Nessa linha, a remissão do Código deve ser feita à Resolução nº 9 do STJ, que atualmente disciplina o procedimento.¹⁷ Ademais, aplicam-se os arts. 12 e 17 da Lei de Introdução, que preveem, respectivamente:

“A autoridade judiciária brasileira cumprirá, concedido o *exequatur* e segundo a forma estabelecida pela lei brasileira, as diligências deprecadas por autoridade estrangeira competente, observando a lei desta, quanto ao objeto das diligências.” (LINDB, art. 12, § 2º)

“As leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, não terão eficácia no Brasil, quando ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes.” (LINDB, art. 17)

Portanto, a rogatória estrangeira, como regra, deve receber o *exequatur* (art. 12), que somente pode ser negado no caso de a diligência solicitada ferir a ordem pública (art. 17). Justifica-se a presunção de que a rogatória deve ser cumprida em face do princípio de que os Estados devem cooperar entre si. Dessa forma, a autorização para o cumprimento, no Brasil, da diligência pedida só deve ser negada em situações

os Estados requerente e requerido, haja sido suprimido o requisito da legalização ou substituído por outra formalidade. Os juízes ou tribunais das zonas fronteiriças dos Estados-partes poderão transmitir-se, de forma direta, os *exhortos* ou cartas rogatórias previstos neste protocolo, sem necessidade de legalização. Não será aplicado no cumprimento das medidas cautelares o procedimento homologatório das sentenças estrangeiras”.

¹⁷ Em sentido contrário, v. PEREIRA, Marcela Harumi Takahashi. *Homologação de sentenças estrangeiras: aspectos gerais e o problema da falta de fundamentação no exterior*. 2009. p. 47 e ss.

graves, pois indeferir o *exequatur* significa, em última análise, impedir que o país estrangeiro exerça a sua jurisdição.¹⁸ Ou seja, se o Brasil negar a possibilidade de se realizar a citação do réu que reside no país, de se ouvir determinada testemunha ou perito que está aqui residindo, o Estado estrangeiro não poderá exercer a sua jurisdição no processo que tramita em seu foro ou a exercerá com falhas.

A Resolução, por sua vez, determina, em seu art. 9º:

“Na homologação de sentença estrangeira e na carta rogatória, a defesa somente poderá versar sobre autenticidade dos documentos, inteligência da decisão e observância dos requisitos desta resolução.”

Assim, o interessado em que não se cumpra a diligência não poderá suscitar questões de mérito da ação que tramita no exterior, pois só a Justiça estrangeira deve apreciar tais questões.¹⁹ O STJ examinará apenas a autenticidade da rogatória e se a diligência a ser realizada no Brasil atenta contra a soberania ou a ordem pública nacionais. Desse modo, a rigor, ainda que o conteúdo da ação que tramita no exterior fira a ordem pública brasileira, se a diligência a ser cumprida no país é medida cujo atendimento, em si, não fere a ordem pública do país, o *exequatur* deve ser concedido.²⁰ Ou seja: o óbice da ordem pública deve se limitar ao contexto da diligência solicitada. Nessa linha, o julgado do STJ no qual se indeferiu o *exequatur* porque a solicitação estrangeira dizia respeito à realização, no Brasil, de interrogatório de menor.²¹ No Brasil, tal sistema tem sido chamado de sistema de contenciosidade limitada, que,

¹⁸ MORELLI, Gaetano. *Derecho Procesal Internacional*. 1953. p. 243. O autor esclarece o seguinte: “*Al proveer a la ejecución de las notificaciones de los actos instructorios relativos a procesos extranjeros, el Estado desarrolla una actividad en interés de los Estados extranjeros en cuanto les facilita el ejercicio de su función jurisdiccional*”.

¹⁹ STJ, *DJU* 18 fev. 2011, AgRg na CR 4893/US, Rel. Min. Ari Pargendler; STJ, *DJU* 12 ago. 2010, AgRg na CR 4635/CH, Rel. Min. Ari Pargendler.

²⁰ STJ, *DJU* 12 ago. 2010, AgRg na CR 356/US, Rel. Min. Ari Pargendler; STJ, j. 21 maio 2014, AgRg na CR 8368/EX, Rel. Min. Felix Fischer; STJ, j. 28 maio 2009, AgRg na CR 3744/ES, Rel. Min. César Asfor Rocha; STJ, *DJe* 03 set. 2009, CR 4033, Rel. Min. César Asfor Rocha.

²¹ STJ, *DJU* 29 set. 2009, CR 3723/DE, Rel. Min. Hamilton Carvalhido: “Carta rogatória. Direito Penal. Autenticidade. Investigação criminal. Interrogatório de menor brasileiro. Incabimento. Ofensa à ordem pública. 1. A tramitação da carta rogatória pela via diplomática ou pela autoridade central lhe confere a necessária legalidade e autenticidade, não obstante a versão para o vernáculo ter sido feita na origem. 2. A extraterritorialidade da lei penal brasileira não obsta a investigação criminal no estrangeiro. 3. A inimputabilidade penal do agente, contudo, impede o *exequatur* de carta rogatória relativa a investigação criminal, sem prejuízo da iniciativa do Ministério Público, no âmbito de suas atribuições, perante o Juízo da Infância e da Juventude. 4. *Exequatur* denegado”.

ao menos em tese, prevalece desde a época da competência do STF:

“(…) Em tema de comissões rogatórias passivas – tanto quanto em sede de homologação de sentenças estrangeiras –, o ordenamento normativo brasileiro instituiu o sistema de contenciosidade limitada, somente admitindo impugnação contrária à concessão do *exequatur* quando fundada em pontos específicos, como a falta de autenticidade dos documentos, a inobservância de formalidades legais ou a ocorrência de desrespeito à ordem pública, aos bons costumes e à soberania nacional. Torna-se inviável, portanto, no âmbito de cartas rogatórias passivas, pretender discutir perante o tribunal do foro (o Supremo Tribunal Federal, no caso) o fundo da controvérsia jurídica que originou, no juízo rogante, a instauração do pertinente processo, exceto se essa questão traduzir situação caracterizadora de ofensa à soberania nacional ou de desrespeito à ordem pública brasileira. Precedentes.”^{22, 23}

Todavia, a despeito dessa posição em tese, nem sempre a jurisprudência tem seguido esse caminho nos casos concretos, por vezes examinando o mérito da ação que foi ajuizada alhures. Reiterados precedentes do STF negavam *exequatur* a pedidos de citação de réus (domiciliados no Brasil) em ação de cobrança de dívida de jogo, sob o fundamento de violação da ordem pública.²⁴ A incoerência é flagrante: se, de um lado, diz-se prevalecer entre nós o sistema de contenciosidade limitada – sem exame do mérito da ação em curso no exterior –, de outro, na prática, examinava-se o mérito, impedindo a citação naqueles casos em que a ação no exterior feria a nossa ordem pública.

1.2.3 Competência internacional

No conceito de violação à ordem pública também já se entendeu a citação de réu aqui domiciliado em hipótese de ação prevista no rol de competências exclusivas da autoridade judiciária brasileira. Conforme a jurisprudência, deve-se indeferir, por vulnerar a soberania nacional, a citação de réu domiciliado no Brasil em hipótese de competência *exclusiva* da autoridade judiciária brasileira:

“Carta rogatória. Embargos. Inexistência de invalidade do *exequatur*. Improcedência das alegações relativas a inovações formais. Em se tratando de citação para responder a ação que tramita perante tribunal estrangeiro, as questões de competência que podem ser apreciadas para a concessão do *exequatur* dizem respeito, única e exclusivamente, à competência

²² STF, *DJU* 04 mar. 1999, AgRg na CR 7.870, Rel. Min. Celso de Mello.

²³ No mesmo sentido: STJ, *DJU* 22 abr. 2010, SEC 2.277, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior; STJ, j. 21 maio 2014, AgRg na CR 8368/EX, Rel. Min. Felix Fischer; STJ, j. 28 maio 2009, AgRg na CR 3744/ES, Rel. Min. César Asfor Rocha; STJ, *DJe* 03 set. 2009, CR 4033, Rel. Min. César Asfor Rocha.

²⁴ STF, *DJU* 28 nov. 2003, AgRg na CR 10.416/EU, Rel. Min. Maurício Corrêa; STF, *DJU* 05 nov. 2003, CR 10.853/EU, Rel. Min. Maurício Corrêa; STF, *DJU* 25 set. 2003, AgR na CR 10.415/EU, Rel. Min. Maurício Corrêa; STF, *DJU* 15 nov. 1996, CR 7.426/EU, Rel. Min. Sepúlveda Pertence.

absoluta da Justiça brasileira, e não à competência da Justiça rogante, em face da ordem jurídica de seu país, inclusive no tocante à eleição de juízo arbitral. Embargos rejeitados.”²⁵

Note-se que essa orientação não está em consonância com o que determinam alguns tratados em vigor no Brasil que preveem que questões relativas à competência (concorrente ou exclusiva) não impedem o cumprimento de rogatórias.²⁶

Quanto às situações compreendidas na competência concorrente da autoridade judiciária brasileira – réu domiciliado no país, obrigação a ser aqui cumprida ou ação que decorra de ato ou fato aqui ocorrido –, deve-se deferir a citação de réu para responder a ação que tramita no exterior (ou a coleta de prova no país) porque, sendo hipóteses de competência *concorrente*, o legislador processual admite que a Justiça estrangeira decida sobre tais assuntos. A rigor, competência concorrente significa que tanto o Judiciário brasileiro é competente como o estrangeiro. Além disso, a concessão do *exequatur* precede a homologação de sentença estrangeira, e, mesmo por isso, os instrumentos não se confundem. Questões sobre competência deverão ser devidamente analisadas quando da homologação, já que o STJ, ao aplicar o art. 15 da Lei de Introdução e o art. 5º, I, da Resolução nº 9, examinará a competência internacional da Justiça estrangeira.²⁷

²⁵ STF, *DJU* 13 dez. 1985, CR 4.052, Rel. Min. Moreira Alves. No mesmo sentido, v. STJ, *DJU* 13 mar. 2008, AgRg nos EDcl na CR 2.894, Rel. Min. Barros Monteiro; STJ, *DJU* 10 nov. 2005, CR 202, Rel. Min. Edson Vidigal.

²⁶ Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha (Promulgado pelo Decreto nº 166/91): “Art. 8: 1. O cumprimento da carta rogatória só poderá ser recusado quando seu objeto estiver fora das atribuições da autoridade judiciária do Estado requerido ou seja suscetível de atentar contra sua soberania ou segurança. 2. *O cumprimento da carta rogatória não poderá ser recusado sob fundamento de que a lei do Estado requerido estabelece uma competência internacional exclusiva para o assunto*, ou não reconhece vias jurídicas semelhantes às adotadas pelo Estado requerente, ou ainda porque conduza a resultado não admitido pela lei do Estado requerido” (grifo acrescentado); Convenção relativa à citação e à notificação no estrangeiro dos atos judiciais e extrajudiciais em matéria civil e comercial de Haia (não está em vigor no Brasil): “Art. 13: O cumprimento de um pedido de citação ou de notificação, segundo as disposições da presente convenção, não poderá ser recusado, a não ser que o Estado requerido julgue que tal cumprimento é atentatório da sua soberania ou da sua segurança. *O cumprimento não poderá ser recusado só pela única razão de a lei do Estado requerido reivindicar a competência judicial exclusiva no processo em causa ou não conhecer o direito em que se baseia o pedido*. Em caso de recusa, a autoridade central informará imediatamente o requerente, em conformidade, e indicará as respectivas razões”; Protocolo de Las Leñas: “Art. 8: A carta rogatória deverá ser cumprida de ofício pela autoridade jurisdicional competente do Estado requerido, e somente poderá denegar-se quando a medida solicitada, por sua natureza, atente contra os princípios de ordem pública do Estado requerido. *O referido cumprimento não implicará o reconhecimento da jurisdição internacional do juiz do qual emana*” (destaque nosso).

²⁷ Como é entendida tradicionalmente, a competência da Justiça estrangeira para os fins de homologação é

Nessa linha, a jurisprudência tem entendido que a carta rogatória receberá *exequatur* se a ação que tramita no exterior for relativa a qualquer uma das hipóteses de competência concorrente do Judiciário brasileiro, mesmo que o réu domiciliado no Brasil não deseje se submeter à jurisdição estrangeira:

“Não obsta a concessão do *exequatur* a competência meramente concorrente, ou relativa, da autoridade judiciária brasileira, motivada por achar-se o réu domiciliado no Brasil, ou originar-se a ação de fato ocorrido ou ato aqui praticado. *Exequatur*, portanto, concedido com menção à recusa do citando em submeter-se à jurisdição do Estado estrangeiro.”²⁸

Atendendo à cortesia internacional entre os Estados, o STF introduziu a novidade de informar à Justiça estrangeira que o réu não deseja se submeter a esta; nesse caso, para evitar que o Estado estrangeiro viesse a mover toda a sua máquina judiciária para proferir uma decisão que depois não será homologada no Brasil, o STF informava que o ordenamento jurídico nacional protege o réu aqui domiciliado.²⁹ Frise-se (mais uma vez), todavia, que, para a concessão de *exequatur* à rogatória, a recusa à jurisdição estrangeira pelas partes não assume relevância jurídica.³⁰

I.2.4 Carta rogatória executória

Outro ponto a merecer atenção é a possibilidade de concessão de *exequatur* a cartas rogatórias executórias. Tradicionalmente, o STF negava solicitações dessa natureza. De acordo com essa orientação, cartas rogatórias poderiam ter como objeto apenas diligências a serem realiza-

verificada principalmente a *contrario sensu* das normas sobre competência internacional previstas no CPC. Assim, se é hipótese de competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira, o Judiciário estrangeiro não tem competência, já que a situação está no rol das competências exclusivas do Judiciário brasileiro.

²⁸ STF, j. 02 set. 1993, AgRg na CR 4.982, Rel. Min. Octávio Gallotti.

²⁹ STF, *DJU* 06 ago. 1993, CR 6.365 AgR/AT, Rel. Min. Octávio Gallotti; STF, *DJU* 22 nov. 1991, AgRg nos Embargos na CR 4.920/AT, Rel. Min. Néri da Silveira; STF, *DJU* 05 set. 1986, Embargos na CR 4.338/Reino Unido e Irlanda do Norte, Rel. Min. Moreira Alves; STF, *DJU* 16 maio 1986, Embargos na CR 4.340, Rel. Min. Moreira Alves; STF, *DJU* 16 maio 1986, Embargos na CR 4.341, Rel. Min. Moreira Alves; STF, Embargos na CR 4.219, Rel. Min. Moreira Alves. O Superior Tribunal de Justiça deu continuidade, em parte, à postura, informando sobre os casos em que o réu se recusa a se submeter à Justiça estrangeira, sem, no entanto, explanar as consequências de tal negativa nos julgados, de maneira geral: STJ, *DJU* 28 set. 2009, CR 3721/GB, Rel. Min. Eliana Calmon; STJ, *DJU* 18 dez. 2008, AgRg nos EDcl no AgRg na CR 606/DE, Rel. Min. Fernando Gonçalves; STJ, *DJU* 21 ago. 2006, AgRg na CR 500/TR, Rel. Min. Barros Monteiro.

³⁰ STJ, *DJU* 11 set. 2006, Emb. Decl. na CR 807, Rel. Min. Barros Monteiro; STJ, *DJU* 19 maio 2005, CR 606, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira; STJ, *DJU* 25 out. 2005, AgRg na CR 136, Rel. Min. Edson Vidigal; STJ, *DJU* 01 out. 2009, CR 4.230, Rel. Min. César Asfor Rocha; STJ, *DJU* 25 nov. 2009, CR 4.345, Rel. Min. César Asfor Rocha.

das no Brasil (citação, intimação, oitiva de testemunhas e obtenção de provas em geral). Decisão tradicionalmente citada esclarece essa posição:

“Sentença negatória de *exequatur*. Carta rogatória expedida pela Justiça da República Argentina para se proceder no Brasil ao sequestro de bens móveis e imóveis. Medida cautelar prevista no art. 1.295 do Código Civil argentino com o nome jurídico de embargo e no artigo 822 do Código de Processo Civil brasileiro com o nome jurídico de sequestro. Tratando-se de providência judicial que depende, no Brasil, de sentença que a decrete, imperiosa é a conclusão de que tal medida não pode ser executada em nosso país antes de ser homologada, na jurisdição brasileira, a sentença estrangeira que a tenha concedido. *Exequatur* denegado.”³¹

Ainda mais especificamente, no corpo da decisão:

“A carta rogatória constitui expediente pelo qual se cumprem ou executam os atos judiciais de procedimento que não dependem de sentença, tais como citações, intimações, avaliações *et similia*.”

Segue essa tendência a Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias (1975), ratificada pelo Brasil, que estabelece (art. 2º) o objeto das cartas rogatórias de que trata e exclui expressamente de seu escopo (art. 3º) as diligências com caráter executivo, *in verbis*:

“Art. 3º. Esta Convenção não se aplicará a nenhuma carta rogatória relativa a atos processuais outros que não os mencionados no artigo anterior; em especial, não se aplicará àqueles que impliquem execução coativa.”

Excetua-se dessa regra as cartas rogatórias expedidas no âmbito do Mercosul, com base nos Protocolos de Las Leñas e de Ouro Preto.³² O Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa (Las Leñas, 1992) prevê a homologação de sentenças estrangeiras pela via da rogatória, medida inequivocamente executória (art. 19):

“O pedido de reconhecimento e execução das sentenças e de laudos arbitrais por parte das autoridades jurisdicionais será tramitado por via de cartas rogatórias e por intermédio da autoridade central.”³³

Na mesma linha, o Protocolo de Medidas Cautelares (Ouro Preto, 1994) prevê o cumprimento de cautelares pela via da rogatória (art. 18):

³¹ STF, j. 25 jun. 1980, CR 3.237, Rel. Min. Antonio Neder.

³² Promulgado por meio do Decreto nº 2.626/98.

³³ STF, *DJU* 09 maio 1997, AgRg na CR 7.613/AT, Rel. Min. Sepúlveda Pertence.

“A solicitação de medidas cautelares será formulada por meio de *exhortos* ou cartas rogatórias, termos equivalentes para os fins do presente protocolo.”³⁴

Mesmo posteriormente à entrada em vigor desses protocolos do Mercosul, permaneceu essa a posição do STF, negando *exequatur* a cartas rogatórias que requeiram atos de execução, se originárias de países que não ratificaram os referidos protocolos:

“Carta rogatória. Citação. Admissibilidade. Busca e apreensão de menor. Ato de caráter executório. Impossibilidade. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal considera insuscetíveis de cumprimento, no Brasil, as cartas rogatórias passivas revestidas de caráter executório, ressalvadas aquelas expedidas com fundamento em atos ou em convenções internacionais de cooperação interjurisdiccional.” (STF, *DJU* 26 abr. 1999, CR 8525/EUA, Rel. Min. Celso de Mello)

Note-se, porém, que não havia uniformidade no que se refere à extensão desse conceito (carta rogatória executória), pois se negava *exequatur* sob esse fundamento para pedidos de mera coleta de provas no Brasil.³⁵ Confira-se: (1) atos de constrição judicial inerentes à execução forçada (CR 1.395); (2) exibição de documento (CR 9.977); (3) coleta de amostras biológicas (CR 10.177); (4) obtenção de documentos em cartório e informações bancárias (CR 10.925); (5) quebra de sigilo bancário (CR 10.661); (6) embargo executivo de cotas sociais (CR 7.044); (7) penhora de imóveis (CR 9.612) ou de móveis (CR 10.479). Para o tribunal, aparentemente, mera coleta de provas, caso suscite resistência da parte interessada, deveria qualificar-se como ato de execução.

Diante desse cenário, prevalecia, portanto, a dúvida. Com a passagem da competência para deferir o *exequatur* para o STJ, esse cenário mudou, e a orientação passou a ser mais previsível. Primeiramente, a Resolução nº 9/2005 do STJ abriu caminho para a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias executórias, no seu art. 7º,³⁶ independentemente de tratado. Nessa linha, a jurisprudência do STJ tem se afastado da orientação adotada no STF acerca da rogatória executória.³⁷ Quanto às

³⁴ STF, *DJU* 26 jun. 2000, CR 9.194/AT, Rel. Min. Carlos Velloso.

³⁵ STF, *DJU* 15 mar. 2002, CR 9886/FR, Rel. Min. Pres. Marco Aurélio. No mesmo sentido decidiu o STF na Carta Rogatória 7126/IT, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, *DJU* 20 mar. 1996; STF, j. 17 nov. 1995, CR 7154/Suíça, Rel. Min. Sepúlveda Pertence. STF, *DJU* 14 nov. 2011, CR 10661/Dinamarca, Rel. Min. Maurício Corrêa; STF, *DJU* 02 fev. 2004, CR 10925/Itália, Rel. Min. Pres. Maurício Corrêa.

³⁶ STJ, Resolução nº 9: “Art. 7º: As cartas rogatórias podem ter por objeto atos decisórios ou não decisórios”.

³⁷ Exemplificativamente: STJ, *DJU* 08 jun. 2011, CR 5480/FR, Rel. Min. Ari Pargendler; STJ, *DJU* 09

diligências com base em tratado, o tribunal continuou na linha do STF, autorizando diligências de caráter executório.³⁸

I.2.5 Autoridade requerente

Questão igualmente relevante diz respeito à autoridade estrangeira que envia a rogatória para exame do STJ. A carta rogatória é instrumento disponível à autoridade competente, valoração essa que deve ser feita pela lei de origem do pedido, cumprindo ao tribunal brasileiro apenas a aferição objetiva desse requisito. Note-se que essa hipótese está condzente com a orientação já antiga do STF de homologar decisões estrangeiras proferidas por autoridades competentes segundo a legislação local. São homologáveis, desde a década de 50, divórcios decretados pelo Rei da Dinamarca³⁹ ou outras autoridades administrativas,⁴⁰ ou ainda registrados perante prefeito no Japão.⁴¹ Pelo mesmo fundamento, decisões proferidas por autoridades religiosas, exequíveis no país estrangeiro, também receberam sempre a homologação. Portanto, divórcios proferidos por rabinos em Israel, por tribunais canônicos ou muçulmanos em países onde tais decisões são exequíveis, equivalem a uma sentença estrangeira; logo, são homologáveis.⁴² Nessa linha, aliás, a Lei de Introdução de 1942, que, em seu art. 12, prevê:

“A autoridade judiciária brasileira cumprirá, concedido o *exequatur* e segundo a forma estabelecida pela lei brasileira, as diligências deprecadas por autoridade estrangeira competente, observando a lei desta, quanto ao objeto das diligências.”

Assim, a Lei de Introdução não restringe a concessão do *exequatur* somente a solicitações feitas por integrante do Judiciário. Determina o dispositivo, como parece óbvio, que a requisição deve se originar de autoridade competente segundo a legislação estrangeira.

maio 2011, CR 5632/UY, Rel. Min. Ari Pargendler; STJ, *DJU* 24 set. 2007, CR 438/BE, Rel. Min. Luiz Fux. Note-se que o STJ tem mantido a orientação de admitir somente a quebra de sigilo bancário com base em decisão judicial, submetida ao juízo de delibação. V. STJ, *DJU* 06 set. 2010, AgRg na CR 3162/CH, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha; STJ, *DJU* 30 abr. 2007, AgRg na CR 998/IT, Rel. Min. Edson Vidigal; STJ, *DJ* 24 set. 2007, CR 438, Rel. Min. Luiz Fux.

³⁸ STJ, *DJU* 08 jun. 2006, CR1.457/França, Rel. Min. Barros Monteiro; STJ, *DJU* 24 set. 2007, CR 438/BE, Rel. Min. Luiz Fux.

³⁹ STF, *DJU* 13 out. 1967, SE 1.943/DI, Rel. Min. Adaucto Cardoso.

⁴⁰ STF, *DJU* 11 set. 1952, SE 1.242/NO, Rel. Min. Mario Guimarães.

⁴¹ STF, *DJU* 17 set. 1953, SE 1.312/JA, Rel. Min. Mario Guimarães.

⁴² STF, *DJU* 03 set. 1982, SE 2.366/ES, Rel. Min. Alfredo Buzaid; STF, *DJU* 02 maio 1983, SE 3.135/LO, Rel. Min. Cordeiro Guerra; e STF, *DJU* 06 dez. 1978, SE 2.419/IS, Rel. Min. Thompson Flores.

Ao apreciar os Embargos de Declaração no *Habeas Corpus* nº 91002,⁴³ o posicionamento do Supremo Tribunal Federal se alinhou com aquilo que poderia se esperar desse tribunal. O STF indicou que o parâmetro pelo qual se deve aferir a presença de “autoridade competente” é a lei do país rogante, tornando as disposições legais do ordenamento jurídico brasileiro apenas aplicáveis em caso de carta rogatória ativa, ou seja, quando nossas autoridades se manifestam pela via rogatória a outros países.

II Homologação de sentenças estrangeiras

Quanto à competência para o reconhecimento, inicialmente e por breve período, o país adotou o sistema descentralizado: as decisões estrangeiras recebiam o “cumpra-se” do juiz que seria competente para a execução da decisão similar nacional, e assim se tornava exequível no território nacional, mediante certas condições (matéria regulada pelo Aviso de 01.10.1847, do Governo Imperial). Em 1878, o Decreto nº 6.982 (27.07.1878), da lavra do Conselheiro Lafayette Pereira, cumprindo disposição da Lei nº 2.615, de 1875, regulou o assunto, estabelecendo as condições necessárias para o reconhecimento.

Entre estas, não se mencionava a competência do juiz prolator; exigia-se, porém, que tivessem as sentenças transitado em julgado e que viessem revestidas das formalidades externas necessárias para torná-las executórias, segundo a legislação do respectivo Estado. Entretanto, não seriam executáveis as que contivessem decisão contrária à soberania nacional ou à ordem pública, às leis rigorosamente obrigatórias ou organizadoras da propriedade territorial ou às leis de moral.⁴⁴

Ademais, o referido Decreto nº 6.982 de 1878, em seu art. 1º, § 1º, exigia a reciprocidade de fato (sem dependência de convenção ou tratado) para a concessão do “cumpra-se” no Brasil.⁴⁵ Em 1880, o Decreto nº 7.777 corrigiu tal determinação e passou a prever o *exequatur* do Poder Executivo para permitir a execução das sentenças estrangeiras nos casos em que faltasse a condição de reciprocidade.⁴⁶ A reciprocidade

⁴³ STJ, *DJU* 11 fev. 2009, HC 91002/SE, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho.

⁴⁴ VALLADÃO, Haroldo. *Direito Internacional Privado*. 1978. v. III. p. 186.

⁴⁵ Id.

⁴⁶ ESPÍNOLA, Eduardo. *Elementos de Direito Internacional Privado*. 1925. p. 736. V. tb. MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Comentários ao CPC*. 2003. v. V. p. 81.

foi dispensada como requisito para a homologação das sentenças estrangeiras no Brasil com a expedição do Decreto nº 917 de 24.10.1890, que tratava das sentenças estrangeiras declaratórias da falência de negociantes com domicílio no país em que fossem proferidas, bastando que estivessem presentes os demais requisitos previstos na Lei nº 6.982.⁴⁷

A Constituição Republicana de 1891 não tratou da homologação das sentenças estrangeiras. Contudo, a partir de 1894, a Lei nº 221 (20.11.1894), que disciplinava a recém-criada Justiça Federal, substituiu os dois mecanismos acima (reciprocidade e *exequatur* do Poder Executivo) pelo processo judicial e implantou o sistema da competência centralizada: as cartas de sentença de tribunais estrangeiros não seriam exequíveis sem a prévia homologação do Supremo Tribunal Federal, com audiência das partes e do Procurador-Geral da República, disciplinando completamente a matéria o posterior Decreto nº 3.084 de 05.11.1898 – Consolidação das Leis da Justiça Federal.

Essa alteração foi objeto de polêmica doutrinária e jurisprudencial, pois se questionava se lei ordinária poderia criar, para o STF, uma competência não prevista na Constituição.⁴⁸ A questão foi finalmente pacificada, firmando-se após o ano 1900 jurisprudência no sentido favorável, por se tratar de matéria internacional, de atribuição da Justiça Federal (art. 60, *h*, da Constituição Republicana) e da maior relevância, logo implícita na competência do Supremo Tribunal Federal.⁴⁹ A polêmica ainda ressurgiu após a reforma de 1926, em razão de a emenda constitucional ter suprimido a competência da Justiça Federal para as questões de direito civil internacional, mas o Supremo Tribunal Federal decidiu manter a sua competência originária e privativa para a matéria.⁵⁰

⁴⁷ MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Comentários ao CPC*. 2003. v. V, p. 57.

⁴⁸ STF, j. 15 maio 1896, SE 10: “É constitucional a competência do Supremo Tribunal Federal para homologar sentença estrangeira”. Esse e outros casos são citados por OCTAVIO, Rodrigo. *Dicionário de Direito Internacional Privado*. 1933. p. 311.

⁴⁹ SILVA, Agostinho Fernandes Dias da. *A competência judiciária no Direito Internacional Privado brasileiro* (tese de livre-docência em Direito Internacional Privado). 1965. p. 37; VALLADÃO, Haroldo. *Direito Internacional Privado*. 1978. v. III. p. 187.

⁵⁰ STF, j. 03 nov. 1926, SE 846: “A reforma constitucional de 1926, passando para a justiça local a competência para conhecer das questões de Direito Internacional Privado, não afeta a competência do Supremo Tribunal para conhecer originária e privativamente das homologações de sentenças estrangeiras”, mencionada por Rodrigo Octavio em *Dicionário de Direito Internacional Privado*. 1933. p. 305-6. VALLADÃO, Haroldo. *Direito Internacional Privado*. 1978. v. III. p. 187: “Retirada pela Reforma Constitucional de 1926 da Justiça Federal a competência para questões de DIP (embora, sempre, com recurso final para o Supremo), pôs-se em dúvida, novamente, aquela competência originária do tribunal,

A Constituição de 1934, pela primeira vez, tratou da matéria (art. 76, I, g),⁵¹ mantendo-se a competência centralizada, tendo todas as Cartas posteriores expressamente adotado a regra da competência da Corte Suprema para homologar as sentenças estrangeiras: Constituição de 1937 (art. 101, I, f),⁵² Constituição de 1946 (art. 101, I, g),⁵³ Constituição de 1967 (art. 114, I, g)⁵⁴ e sua Emenda Constitucional nº 1, de 17.10.1969 (Constituição de 1969, art. 119, I, g),⁵⁵ e Constituição de 1988 (art. 102, I, h).⁵⁶

Com a promulgação da EC nº 45/2004, essa competência originária exercida pelo STF foi transferida para o STJ, passando a Constituição de 1988 a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I – Processar e julgar, originariamente:

(...)

i) a homologação *de* sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias;

(...)” (destaque nosso)

É interessante observar que, em muitos países, a competência para a homologação de sentenças estrangeiras é atribuída aos juízes de 1ª instância (Alemanha, França, Canadá, Suíça, Itália, dentre outros).⁵⁷ Du-

que permaneceu fundamentado com parecer do Procurador-Geral, Ministro Pires e Albuquerque”.

⁵¹ Art. 76: “À Corte Suprema compete: 1) Processar e julgar originariamente: (...) g) a extradição de criminosos, requisitada por outras nações, e a homologação *de* sentenças estrangeiras” (destaque nosso).

⁵² Art. 101: “Ao Supremo Tribunal Federal compete: I – Processar e julgar originariamente: (...) f) a extradição de criminosos, requisitada por outras nações, e a homologação *de* sentenças estrangeiras” (destaque nosso).

⁵³ Art. 101: “Ao Supremo Tribunal Federal compete: I – Processar e julgar originariamente: (...) g) a extradição dos criminosos, requisitada por Estados estrangeiros, e a homologação *das* sentenças estrangeiras” (destaque nosso).

⁵⁴ Art. 114: “Compete ao Supremo Tribunal Federal: I – Processar e julgar originariamente: (...) g) a extradição requisitada por Estado estrangeiro e a homologação *das* sentenças estrangeiras” (destaque nosso).

⁵⁵ Art. 119: “Compete ao Supremo Tribunal Federal: I – Processar e julgar originariamente: (...) g) a extradição requisitada por Estado estrangeiro e a homologação *das* sentenças estrangeiras” (destaque nosso).

⁵⁶ Art. 102: “Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I – Processar e julgar, originariamente: (...) h) a homologação *das* sentenças estrangeiras e a concessão do *exequatur* às cartas rogatórias, que podem ser conferidas pelo regimento interno a seu Presidente” (destaque nosso).

⁵⁷ Adotam a competência difusa: (1) Alemanha (competência da corte municipal ou regional – a que tiver competência na matéria), ZPO §§ 328, 722 e 723 (se não houver tratado que dispense a homologação, como é o caso da Convenção de Bruxelas, que prevê a execução direta da sentença estrangeira) (HUGHES, Paul; WILKS, Mark. *Transnational litigation: a practitioner’s guide*. 1997. p. GER-105 e ss.); (2) Canadá

rante a tramitação da emenda, cogitou-se transferir tal função aos juízes federais: se, por um lado, esse sistema garantiria rapidez aos processos, por outro, poderia ser mais uma fonte de morosidade, tendo em vista a quantidade de recursos que poderiam ser interpostos até o trânsito em julgado da decisão. Para que tal alteração fosse implantada no Brasil, haveria que se criar um sistema próprio de interposição de recursos.

O Código de Processo Civil silenciou quanto aos requisitos que devem ser apreciados para as sentenças estrangeiras, remetendo a questão ao Regimento Interno do STF, hoje STJ, no art. 483. Ademais, atente-se para o art. 15 da Lei de Introdução, que enumera os requisitos para homologação:

“Art. 15. Será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro que reúna os seguintes requisitos:

- a) haver sido proferida por juiz competente;
- b) terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado a revelia;
- c) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida;
- d) estar traduzida por intérprete autorizado;
- e) ter sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal [leia-se Superior Tribunal de Justiça].”

Merecem destaque alguns dispositivos da Resolução nº 9 do STJ. O art. 4º, § 1º, da Resolução determina que serão homologados os provimentos não judiciais que, pela lei brasileira, teriam natureza de sentença.⁵⁸ Assim, já na linha da jurisprudência firmada do STF, decisões proferidas por autoridades administrativas ou religiosas são passíveis de homologação, desde que proferidas por autoridades que sejam competentes no país estrangeiro.

O art. 4º, § 2º, também na linha da jurisprudência anterior do STF, admite a homologação parcial de decisões estrangeiras.⁵⁹ Ou seja, se

(competência de qualquer corte), base em princípios do *common law* (ibidem, p. CAN-77 e ss.); (3) França (competência do Tribunal de Grande Instance – 1ª instância) (ibidem, p. FRA-119 e ss.); (4) Itália (apenas nos casos em que seja questionado o cumprimento dos requisitos para reconhecimento da sentença estrangeira, o Tribunal de Apelação com jurisdição no local em foco decidirá sobre a homologação), Lei nº 218/95, art. 64 (se os requisitos previstos em lei são cumpridos, dispensa-se a homologação, podendo a sentença estrangeira ser executada diretamente. Caso haja questionamentos sobre esses requisitos por uma parte, esta deve dirigir-se ao Tribunal de Apelação competente) (ibidem, p. ITL-55 e ss.); (5) Suíça (competência da Cantonal Court), Federal Act on Private International Law, art. 29 (ibidem, p. SWI-85 e ss.).

⁵⁸ STJ, Resolução nº 9, art. 4º, § 1º: “Serão homologados os provimentos não judiciais que, pela lei brasileira, teriam natureza de sentença”.

⁵⁹ STJ, Resolução nº 9, art. 4º, § 2º: “As decisões estrangeiras podem ser homologadas parcialmente”.

somente parte da decisão fere a ordem pública ou a soberania nacional, não há por que negar homologação à sentença na sua integralidade. Assim, por exemplo, no caso de divórcio litigioso no exterior com partilha de bens imóveis no Brasil, será possível a homologação quanto aos efeitos pessoais da decisão, mas não quanto aos patrimoniais, em virtude de inobservância da regra da competência exclusiva da autoridade brasileira para ações relativas a imóveis no Brasil.

O art. 4º, § 3º, traz uma importante novidade, pois prevê a possibilidade da concessão de tutela de urgência na homologação.⁶⁰ A posição tradicional do STF sempre foi no sentido de negar a medida de urgência solicitada – seja a cautelar, seja a tutela antecipada – com base no art. 483 do CPC, que determina: “A sentença proferida por tribunal estrangeiro não terá eficácia no Brasil senão depois de homologada pelo Supremo Tribunal Federal”.⁶¹

Em decisão monocrática anterior à EC 45/2004, o STF alterou o seu entendimento e deferiu a medida de urgência pleiteada – no caso, liminar em ação cautelar.⁶² Na espécie, as relações comerciais entre duas empresas brasileiras geraram dois processos: um (judicial) no Brasil e outro (arbitral) na Inglaterra. Neste último, já extinto, o laudo prolatado decidiu que ambas as partes são mutuamente devedoras e credoras, devendo-se compensar os respectivos créditos. No Brasil, uma das empresas, omitindo qualquer informação sobre o seu débito, ajuizou ação de cobrança cumulada com pedido de indenização, visando a levantar a quantia de US\$ 318.400,00 (débito reconhecido igualmente no laudo arbitral), estampada em carta de fiança. Tal pedido foi deferido em tutela antecipada pelo juízo de primeira instância. Portanto, decisão judicial brasileira condenou uma empresa a saldar o débito para com a outra, sem levar em conta a dívida desta com aquela, reconhecida pelo laudo arbitral estrangeiro. Tal provimento jurisdicional poderia, obviamente, acarretar prejuízo irreparável à empresa ré. Esta, então, antes da propositura da ação de homologação do laudo inglês, requereu ao STF liminar em ação cautelar para suspender o levantamento que fora

⁶⁰ STJ, Resolução nº 9, art. 4º, § 3º: “Admite-se tutela de urgência nos procedimentos de homologação de sentenças estrangeiras”.

⁶¹ STF, *DJU* 17 abr. 1984, SE 3408 MC/SP, Rel. Min. Cordeiro Guerra; STF, *DJU* 09 abr. 1999, SE 6069/FR, Rel. Min. Celso de Mello.

⁶² STF, *DJU* 14 maio 2003, AC 13/Paraná, Rel. Min. Marco Aurélio.

determinado pelo juízo de primeiro grau. A medida liminar foi deferida, embora tenha restado inefetiva, pois o levantamento já havia sido levado a termo.

Assim, a Resolução nº 9 andou bem ao preferir a nova orientação à tradicional, estendendo aos pedidos de homologação de sentenças estrangeiras a tutela cautelar geral, prevista no art. 798 do CPC, e a tutela antecipada, prevista no art. 273 do CPC.

Os arts. 5º e 6º da Resolução,⁶³ ao enumerarem as condições para a homologação, reproduzem, respectivamente, os arts. 217 e 116 do antigo Regimento, por sua vez extraídos do art. 15 da Lei de Introdução, supracitado.

II.1 Decisões passíveis de homologação

Outro ponto que deve ser ressaltado diz respeito à alteração na redação do dispositivo em questão: as Cartas de 1946, 1967, 1969 e 1988 previam a competência do STF para a homologação *das* sentenças estrangeiras;⁶⁴ já o texto aprovado da Emenda, tal qual nas Constituições de 1934 e 1937,⁶⁵ determina a competência – agora do STJ – para a homologação *de* sentenças estrangeiras. Essa diferença, que pode parecer mera questão de estilo, traz importantes consequências: a doutrina majoritária baseia-se na redação original do dispositivo (CF 1988), para concluir que todas as sentenças estrangeiras precisam ser homologadas, inadmitindo a possibilidade de qualquer tipo de sentença ser dispensada desse procedimento por lei ordinária.

A questão desperta muitas polêmicas na doutrina e na jurisprudência brasileiras. É interessante relembrar a evolução histórica da legislação a respeito. O Decreto nº 6.982 de 27.07.1878, em seu art. 11, ao mesmo tempo em que determinava o *exequatur* também para as sentenças meramente declaratórias, como regra geral, só exigia tal providência para que decisões estrangeiras fossem exequíveis no país, o que era

⁶³ STJ, Resolução nº 9: “Art. 5º: Constituem requisitos indispensáveis à homologação de sentença estrangeira: I – haver sido proferida por autoridade competente; II – terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado a revelia; III – ter transitado em julgado; e IV – estar autenticada pelo cônsul brasileiro e acompanhada de tradução por tradutor oficial ou juramentado no Brasil. Art. 6º: Não será homologada sentença estrangeira ou concedido *exequatur* a carta rogatória que ofenda a soberania ou a ordem pública”.

⁶⁴ Vide notas 47 e ss. *supra*.

⁶⁵ Vide notas 52 e 53 *supra*.

incoerente, já que sentenças meramente declaratórias não comportam execução.⁶⁶ No mesmo sentido, o Decreto nº 7.777 de 27.07.1880 também só impunha o *exequatur* como condição para tornar a sentença estrangeira exequível no Império. Na Nova Consolidação de Carlos de Carvalho, no art. 42, § 1º, estava previsto que as sentenças meramente declaratórias e as que julgam as questões de estado das pessoas precisavam de homologação pelo STF, regra essa mantida no Decreto nº 3.084 de 05.11.1898, em seu art. 14, *b*, que determinava que “Carecem de homologação para serem executadas: (...) *b*) as sentenças estrangeiras meramente declaratórias, como são as que julgam questões de estado das pessoas”.

A incoerência apontada com relação ao Decreto nº 6.982, *supra*, foi mantida nas legislações subsequentes. Consequentemente, o STF, em 1920, decidiu que “nenhuma sentença estrangeira, seja qual for o seu objeto – acautelar interesses patrimoniais ou simplesmente decidir questões de estado civil –, é exequível no Brasil sem a homologação do Supremo Tribunal, nos termos do art. 12, § 4º, da Lei nº 221, de 1894”. Todavia, o Min. Pedro Lessa divergiu do entendimento da maioria ao sustentar que

“a simples sentença declaratória do estado, sem nenhuma outra consequência, não carece de homologação para ser recebida como documento, como dela não carecem as certidões de nascimentos, casamentos e óbitos extraídas dos respectivos registros e devidamente legalizadas, nem as sentenças proferidas em processos gratuitos para constatação de tais estados.”⁶⁷

A LICC/1942, em sua redação original, manteve a exigência de homologação só para a execução das sentenças, estabelecendo, no parágrafo único do art. 15, a dispensa da homologação para as sentenças meramente declaratórias do estado das pessoas.⁶⁸ O parágrafo foi revogado em 2009, pela Lei 12.036.

Quanto à execução, há consenso em que ela apenas será admitida, com os atos de constrição forçada a ela inerentes, após a devida homo-

⁶⁶ José Carlos Barbosa Moreira, em *Comentários ao Código de Processo Civil*. 2003. v. V. p. 75 e ss., aponta a incoerência desse decreto, que, por um lado, exigia a homologação somente para a execução da decisão e, por outro, exigia a homologação para as sentenças meramente declaratórias, que não são passíveis de execução.

⁶⁷ BATALHA, Wilson. *Tratado de Direito Internacional Privado*. 1977. v. II. p. 461.

⁶⁸ *Vide*, a respeito, CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições de Direito Processual Civil*. 2004. v. II. p. 35.

logação, agora feita pelo Superior Tribunal de Justiça. Nessa linha, o CPC define a sentença estrangeira homologada como título executivo judicial no seu art. 584, IV.

Em suma: na atual sistemática, conforme entendimento da doutrina majoritária e da jurisprudência, a homologação constitui pressuposto tanto para o reconhecimento quanto para a execução de uma sentença estrangeira. Enquanto a homologação cabe ao STJ (CF, art. 105, I, *i*), o processamento da execução compete, em primeiro grau de jurisdição, aos juízes federais (CF, art. 109, X).

Cabe lembrar dispositivo constante da Convenção Interamericana sobre Obrigação Alimentar de 1989, ratificada pelo Brasil.⁶⁹ A Convenção inova ao estabelecer, no art. 13, que:

“A verificação dos requisitos acima indicados caberá diretamente ao juiz a quem corresponda conhecer da execução, o qual atuará de forma sumária, com audiência da parte obrigada, mediante citação pessoal e com vista do Ministério Público, sem examinar o fundo da questão. Quando a decisão for apelável, o recurso não suspenderá as medidas cautelares, nem a cobrança e a execução que estiverem em vigor.”

Portanto, a Convenção, em vigor no Brasil, expressamente determina que as sentenças de alimentos proferidas em países também ratificantes não precisam ser submetidas à homologação pelo STJ, podendo ser levadas diretamente ao juízo de primeira instância para sua execução.

Pode-se aqui voltar à discussão surgida em virtude do art. 15, parágrafo único, da Lei de Introdução. Da mesma forma, o art. 13 supratranscrito da Convenção Interamericana suscitou duas polêmicas: (1) a sua inconstitucionalidade, uma vez que o art. 102, I, *h*, da Constituição Federal determinava que o STF era competente para a homologação *das* sentenças estrangeiras, significando que todas as sentenças estrangeiras, para serem reconhecidas no Brasil, deveriam ser homologadas pelo STF (discussão já superada em face da nova redação do art. 105, I, *i*, da CF, dada pela EC nº 45/2004); e (2) a compatibilidade com o art. 483 do CPC, que condiciona a eficácia no Brasil à homologação da sentença estrangeira pelo STJ.

Quanto ao primeiro argumento, já está ultrapassado pela nova redação do art. 105, I, *i*, da CF, que, como visto, prevê a competência do STJ para a homologação *de* sentenças estrangeiras, ou seja, daquelas

⁶⁹ Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 2.428/97.

sentenças para as quais a lei ordinária exige a homologação. O segundo argumento também é facilmente respondido: ainda que se confira ao art. 483 do CPC a extensão pretendida por alguns, no caso concreto, o referido dispositivo não impediria a aplicação da norma convencional. Como a Convenção se aplica somente a sentenças estrangeiras de alimentos, pelo critério da especialidade, esta prevalece quanto a esse tipo de sentenças. Ademais, a Convenção foi promulgada no Brasil pelo Decreto nº 2.428, de 17.12.97, e, como o CPC data de 1973, pelo critério temporal, aquela deve prevalecer sobre este. Dessa forma, poder-se-iam admitir outras exceções à regra da homologação, previstas em lei ou tratados.

É pertinente breve observação sobre o sistema europeu. Na Europa, conforme o Regulamento nº 44/2001, a sentença proferida por um dos Estados-partes é reconhecida automaticamente pelos demais, inclusive acarretando a suspensão e a extinção da demanda ajuizada posteriormente; para a execução, exige-se procedimento nacional específico para conceder o *exequatur* à decisão alienígena. Portanto, esta é a regra geral: enquanto o reconhecimento é automático, a execução decorre de uma ordem emanada de autoridade local competente.

Note-se, todavia, que, em uma primeira fase, esse procedimento limita-se à expedição de uma declaração de executividade pela autoridade local competente, o que ocorre após uma análise meramente formal do ato estrangeiro. Trata-se de uma fase unilateral, em que o contraditório só ocorrerá se a parte vencida na sentença estrangeira impugnar a declaração de executividade.

Em verdade, desde a Convenção de Bruxelas de 27.09.1968 (“Convenção relativa à competência judiciária e à execução de decisões em matéria civil e comercial”) há o reconhecimento “de pleno direito” da decisão de um juiz em todo Estado-parte, benefício do qual goza uma “decisão regular” no ponto de vista do sistema convencional. Nenhum procedimento de verificação de condições de regularidade é necessário para o reconhecimento de uma sentença em outro Estado da comunidade, contanto que não se requeira uma execução forçada. Para o reconhecimento (arts. 27 a 30) e para a execução (arts. 31 a 45) são previstas idênticas condições de regularidade, destacando-se, em ambos, que a decisão estrangeira não pode ser objeto de uma revisão de fundo. Não

se controla a jurisdição internacional do juiz de origem da sentença nem o direito que aplicou, à exceção da situação descrita no art. 27, § 4º.

A regra geral de que uma decisão estrangeira jamais será executada diretamente em um outro Estado foi excepcionada pela entrada em vigor do Regulamento (CE) nº 805/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21.04.2004, que cria o Título Executivo Europeu para créditos não contestados. Com efeito, nos termos do art. 1º:

“O presente regulamento tem por objectivo criar o Título Executivo Europeu para créditos não contestados, a fim de assegurar, mediante a criação de normas mínimas, a livre circulação de decisões, transacções judiciais e instrumentos autênticos em todos os Estados-membros, sem necessidade de efectuar quaisquer procedimentos intermédios no Estado-membro de execução previamente ao reconhecimento e à execução.”

E, especificamente no artigo 5º:

“Uma decisão que tenha sido certificada como Título Executivo Europeu no Estado-membro de origem será reconhecida e executada nos outros Estados-membros sem necessidade de declaração da executoriedade ou contestação do seu reconhecimento.”

Assim, embora os requisitos para o reconhecimento de uma decisão como Título Executivo Europeu restrinjam o número de decisões beneficiadas, é certo que já há ao menos uma hipótese – restrita aos países da União Europeia – em que uma sentença estrangeira possui força executória *ex proprio vigore*.

Portanto, enquanto no Brasil ainda se discute se uma decisão estrangeira – inclusive aquelas que versam sobre estado e capacidade das pessoas – pode ser reconhecida independentemente de homologação, na Europa estão sendo dados os primeiros passos para a execução sem homologação. Espera-se ao menos que, com o novo texto aprovado pela Emenda nº 45/2004, reste superada a discussão acerca da eventual inconstitucionalidade de qualquer lei ordinária ou tratado que dispense a homologação para a execução de julgados estrangeiros.

III Auxílio direto

O auxílio direto é meio de cooperação internacional já incorporado à maioria dos ordenamentos jurídicos modernos,⁷⁰ não se podendo falar que se trata de instituto inteiramente recente. Por outro lado, suas

⁷⁰ Veja-se, por exemplo, a Lei de Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal, Lei 144/99 (Portugal).

configurações sofreram importantes alterações ao longo do tempo, no Brasil inclusive. Por meio do auxílio direto, permite-se que autoridade estrangeira solicite a realização de diligências no país, tal como ocorre no âmbito das cartas rogatórias. As principais diferenças entre os institutos são o direito aplicável e a origem da decisão que enseja o pedido. Enquanto cartas rogatórias têm como fundamento decisão de autoridade estrangeira proferida de acordo com suas próprias leis, o pedido de auxílio direto não se fundamenta em uma decisão prévia, havendo a necessidade de que autoridade brasileira competente, judicial ou não, decida, de acordo com as leis brasileiras, sobre a viabilidade da diligência. Ou seja, as comissões rogatórias se submetem tão somente ao juízo de delibação da decisão estrangeira; diversamente, o auxílio direto tem como requisito decisão de autoridade nacional que, à luz do direito brasileiro, determinará a possibilidade do pedido.

O artigo 7º da Resolução nº 9 da Presidência do Superior Tribunal de Justiça, de 4 de maio de 2005, consagra o auxílio direto nos seguintes termos:

“As cartas rogatórias podem ter por objeto atos decisórios ou não decisórios. Parágrafo único. Os pedidos de cooperação jurídica internacional que tiverem por objeto atos que não ensejem juízo de delibação pelo Superior Tribunal de Justiça, ainda que denominados como carta rogatória, serão encaminhados ou devolvidos ao Ministério da Justiça para as providências necessárias ao cumprimento por auxílio direto.”

O instituto do auxílio direto, no Brasil, foi objeto de questionamento acerca de sua constitucionalidade. A discussão se originou de pedido de cooperação, formulado por autoridades suíças, para a realização de diligências no Brasil: interrogatório de réus, inquirição de testemunhas e coleta de prova documental a fim de instruir processo no exterior. O pedido, endereçado ao Ministério da Justiça – autoridade central para a cooperação jurídica internacional, responsável pela remessa para o exterior dos pedidos de cooperação jurídica e pelo recebimento dos encaminhados ao Brasil –, foi, posteriormente, remetido à Justiça Federal brasileira, a qual autorizou as referidas diligências, tal como faria em um pedido sem qualquer vinculação com o exterior.

Levada a questão à apreciação do Superior Tribunal de Justiça, o Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, em decisão monocrática, considerou impossível que essa solicitação fosse formulada por outra via

que não a da carta rogatória, que exige a apreciação pelo STJ (CF, art. 105, I, *i*). Essa decisão, contudo, foi reformada pela Corte Especial do Tribunal, confirmando o processamento levado a termo no âmbito da Justiça Federal. O STF, por sua vez, suspendeu a eficácia da decisão da Corte Especial do STJ, por considerar que toda e qualquer solicitação feita por autoridade estrangeira deveria necessariamente percorrer a via da rogatória.⁷¹

Frise-se que a discussão não diz respeito à possibilidade de lei ordinária (ou tratado) dispensar o *exequatur* do STJ, mas à de pedido de solicitação de diligência no Brasil poder ser encaminhado por outra via que não a rogatória, dispensando, portanto, a deliberação do Superior Tribunal de Justiça. Para responder a essa questão, é importante a análise do art. 181 da Carta:

“Art. 181. O atendimento de requisição de documento ou informação de natureza comercial, feita por autoridade administrativa ou judiciária estrangeira, a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no País dependerá de autorização do Poder competente.”

Muito se discutiu sobre a *ratio* desse dispositivo, introduzido pelo constituinte de 1988. Acredita-se que seu principal objetivo foi preservar a soberania nacional, impedindo a atuação direta de autoridade administrativa ou judiciária estrangeira (observe-se que a proibição não se estende a tribunal arbitral sediado no exterior), na linha do que já se pratica alhures, com os chamados *Blocking Statutes*. A lei francesa, por exemplo, considera crime o fornecimento de informações por partes domiciliadas na França a autoridades estrangeiras, sem a autorização das autoridades locais. No mesmo sentido dispõem as legislações suíça e australiana. Assim, vale a regra geral de que a autoridade estrangeira não pode praticar atos de jurisdição em território nacional.⁷²

Note-se, porém, que o art. 181 não se referiu expressamente às cartas rogatórias, e sim à autorização do “poder competente”, como essencial para o atendimento de requisição de documentos ou informações. Caso as rogatórias fossem a única via admissível para a solicitação, o texto deveria mencioná-las expressamente. Há decisões monocráticas do Su-

⁷¹ STF, *DJU* 04 abr. 2006, HC 85588/RJ, Rel. Min. Marco Aurélio.

⁷² DOLINGER, Jacob; TIBURCIO, Carmen. The forum law rule in international litigation – which procedural law governs proceedings to be performed in foreign jurisdictions: *lex fori* or *lex diligentiae*? *Texas International Law Journal*, v. 33, 1998, p. 425-62.

premo Tribunal Federal nessa linha, entendendo que tratados podem estabelecer o auxílio direto entre os países.⁷³

É cabível uma analogia para demonstrar que não faz sentido a exigência de que toda e qualquer solicitação proveniente do exterior seja encaminhada pela via da rogatória. Imagine-se uma empresa estrangeira – empresa “A” – que queira analisar documentos detidos por pessoa física ou jurídica brasileira antes de decidir se irá ou não ajuizar uma ação no exterior contra uma outra empresa (“B”), também estrangeira. A empresa “A” poderá contratar um escritório de advocacia no Brasil para solicitar ao juiz nacional a exibição dos referidos documentos. Nesse caso, o juiz brasileiro avaliará se os documentos devem ou não ser exibidos, verificando a presença dos requisitos previstos nos arts. 355 e ss. do CPC. Vale dizer, a decisão será tomada por autoridade brasileira, ainda que a prova aqui obtida venha a servir (ou não) de subsídio para o ajuizamento da ação pretendida no exterior. Nesse caso, não há razão para utilizar a carta rogatória: o pedido será feito diretamente à autoridade judiciária nacional.

Essa mesma possibilidade – contratação de advogado no Brasil para pleitear ao Judiciário a exibição de documento que aqui se encontra – não pode ser negada ao Estado estrangeiro. No entanto, caso o Brasil pretenda cooperar com o Estado estrangeiro, visando a obter, em regime de reciprocidade, as mesmas facilidades, poderá desobrigar o Estado estrangeiro de contratar advogado no país. Não há qualquer inconstitucionalidade nessa solicitação: o pedido não implica o reconhecimento de decisão já proferida no exterior e será apreciado segundo a lei brasileira, pelo juiz nacional, sem que haja a necessidade de tratado em vigor para tanto. Trata-se de uma nova modalidade de cooperação entre países com o objetivo de agilizar e garantir que o Brasil, quando necessite, receba tratamento semelhante.

Não se trata de subtrair competência do STJ, mas de estabelecer novas formas de cooperação entre países. A respeito, deve-se recordar que já há no Brasil instrumento com essa natureza desde 1965. A Convenção sobre Prestação de Alimentos no Estrangeiro, da ONU, 1956, foi promulgada no Brasil pelo Decreto nº 56.826/65. Para implemen-

⁷³ Por exemplo, STF, *DJU* 12 dez. 2004, CR 10.922, Rel. Min. Maurício Corrêa; STJ, *DJe* 19 dez. 2011, HC 147.375/RJ, Rel. Min. Jorge Mussi.

tá-la, a Lei nº 5478/68 (Lei de Alimentos), em seu art. 26, determina a competência da Justiça Federal da residência do devedor para as ações de alimentos. Ou seja, o credor, domiciliado no estrangeiro, procura a instituição intermediária de seu país, que entra em contato com a Procuradoria-Geral da República (instituição intermediária no Brasil) para que esta ajuíze ação de alimentos perante a Justiça Federal do local da residência do devedor.

Desse modo, a União pode encaminhar a solicitação diretamente ao juízo federal competente. A competência da Justiça Federal justifica-se em qualquer uma das três hipóteses seguintes: i) interesse da União na cooperação, em função da reciprocidade (CF, art. 109, I), independentemente de tratado firmado pelo Brasil; ii) a causa envolve Estado estrangeiro (substituído pela União, conforme tratado em vigor, se esse for o caso) e pessoa domiciliada no Brasil (CF, art. 109, II); e iii) a causa é fundada em tratado celebrado pelo país (CF, art. 109, III).

Vale notar que a jurisprudência do STJ se revelou mais receptiva ao instituto.⁷⁴ Nessa linha, sua pretensa inconstitucionalidade foi acertadamente afastada, prevalecendo a tese de que os mecanismos de cooperação internacional fixados na Constituição não constituem rol exaustivo, tampouco há violação da competência constitucionalmente estabelecida no fato de que outros órgãos do Judiciário sejam competentes para apreciar pedidos de cooperação internacional. Todavia, mais recentemente o STJ voltou a considerar o auxílio direto constitucional,⁷⁵ decisão alterada pelo STF.⁷⁶

Por fim, quanto à legitimidade para requerer medidas de auxílio direto, aplica-se o mesmo critério utilizado em matéria de rogatórias, i.e., a competência na origem. Assim, podem solicitar diligências autoridades que, em seu país de origem, podem postular as medidas que se buscam.

Conclusões

O legislador constituinte derivado alterou a competência para homologação das sentenças estrangeiras e concessão do *exequatur* às cartas rogatórias para o STJ, ficando o STF somente com a competência

⁷⁴ STJ, *DJU* 06 set. 2010, AgRg na CR 3162/CH, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha.

⁷⁵ STJ, *DJU* 28 jun. 2010, AgRg NA Rel 3364/MS, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha.

⁷⁶ STF, *DJU* 11 out. 2011, HC 105905/MS, Rel. Min. Marco Aurélio.

para examinar a legalidade do pedido de extradição. Portanto, adota-se atualmente um sistema híbrido em matéria de cooperação jurídica internacional: para a homologação das sentenças e o *exequatur* das rogatórias, passa a ser competente o STJ; para o exame do pedido de extradição, conservou-se a competência do STF; e, para os pedidos de cooperação, feitos com base em tratados celebrados pelo país, competente será a autoridade prevista no diploma convencional, sendo certo que, se a medida solicitada depender de autorização judicial, a questão deverá ser submetida ao juiz federal, com base no art. 109, I e III, da CF, por meio do auxílio direto.

Uma nota final sobre o último tema. O STF adotou o entendimento de que o rol de instrumentos de cooperação é previsto taxativamente no texto da Constituição, por isso inadmitindo o auxílio direto. A orientação não merece elogios; não se está subtraindo a competência (agora do STJ) para o processamento dos meios de cooperação constitucionalmente previstos. Cuida-se, outrossim, de estabelecer novas formas de cooperação entre países, com vistas a tornar efetivo o exercício de jurisdição pelos Estados – o Brasil inclusive. As tentativas de criar pontes entre os Estados não devem ser recebidas pelo STF – e pelo Judiciário como um todo – com o erguimento de muros.